TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EDITAL Nº 08/2025 – TCE/RN

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 252/2025 – GP/TCE, publicada no Diário Eletrônico do TCE/RN nº 3857, do dia 15 de setembro de 2025, no uso de suas atribuições e com fundamento nos arts. 3º e 7º, da Resolução nº 024/2021-TC, que institui e regulamenta o Programa de Estágio no âmbito do TCE/RN, torna públicos os cadernos de provas objetivas e os respectivos gabaritos do processo seletivo para preenchimento de vagas imediatas e formação de cadastro de reserva para estágio remunerado de pós-graduação no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN):

ADMINISTRAÇÃO

1	B	11	B	21	B
2	C	12	C	22	C
3	C	13	C	23	C
4	B	14	D	24	B
5	D	15	B	25	B
6	B	16	B	26	A
7	B	17	B	27	C
8	D	18	B	28	C
9	A	19	B	29	B
10	C	20	B	30	A

DIREITO

1	B	11	D	21	B
2	C	12	C	22	A
3	C	13	B	23	B
4	B	14	B	24	D
5	D	15	A	25	A
6	B	16	B	26	D
7	B	17	D	27	B
8	D	18	D	28	C
9	A	19	D	29	B
10	C	20	C	30	B

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

No âmbito da análise de conformidade realizada após a aplicação da prova escrita destinada aos candidatos da área de Ciências Contábeis do Processo Seletivo de Estágio de Pós-Graduação do TCE/RN, foi constatada uma inconsistência no padrão de distribuição das alternativas na versão final impressa do exame. Embora todo o conteúdo tenha sido elaborado e revisado de forma regular, a conferência posterior identificou que o formato de apresentação das alternativas não refletiu integralmente o modelo previsto para a etapa, recomendando-se o seu aperfeiçoamento.

Com fundamento no compromisso institucional desta Corte com a isonomia, a transparência e a integridade do certame, delibera-se pela anulação da prova escrita, com posterior programação de nova aplicação, sem qualquer prejuízo aos candidatos.

Natal/RN, 02 de dezembro de 2025.

José Walter da Fonseca
Presidente da Comissão
Portaria nº 252 /2025 – GP/TCE

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
(EDITAL Nº 001/2025 - TCE/RN)

ÁREA DE FORMAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO

NOME DO CANDIDATO(A): _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____ **CPF:** _____

Instruções:

1. Este caderno contém 30 (trinta) questões do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais (parte I), 20 (vinte) questões sobre Conhecimentos Específicos (parte II) e 01 (uma) questão discursiva, conforme conteúdo programático contido no Edital. Verifique se seu caderno está completo e, caso contrário, informe imediatamente ao fiscal de sala.
2. Na folha de respostas das questões objetivas, o(a) candidato(a) deverá conferir seus dados, assinar seu nome no espaço reservado, transcrever a frase apresentada no espaço disponibilizado e preencher para cada uma das questões apenas o campo correspondente a letra que contém à resposta julgada correta.
3. Na folha de resposta da questão discursiva, o(a) candidato(a) deverá conferir seus dados, assinar seu nome no espaço reservado e responder à questão apenas no espaço indicado, limitando-se ao número de linhas disponíveis.
4. Não serão permitidas a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e (ou) legislação.
5. Durante a realização das provas o(a) candidato(a) somente poderá portar a caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente e documento de identidade original.
6. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização da prova.
7. Será eliminado o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando: a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, Walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros e protetor auricular; c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.
8. Somente serão permitidos lanches de rápido consumo, desde que armazenados em material transparente e sem rótulos que impeçam a visualização de seu conteúdo.
9. O(a) candidato(a) poderá portar garrafa de água em material transparente e sem rótulo.
10. A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, no período das 09h00min às 12h00min.
11. O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 1h30min após o seu início. A inobservância acarretará a eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo.
12. O(a) candidato(a) somente poderá retirar-se levando consigo o caderno de provas após 2h30min do início das provas.
13. Não será permitido anotar o gabarito em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas.
14. Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer nas respectivas salas até que o(a) último(a) candidato(a) entregue a prova.

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

PARTE I - CONHECIMENTOS GERAIS

01. Em audiência pública sobre transparência fiscal, foi perguntado ao representante do TCE/RN se o Tribunal poderia "julgar as contas da Governadora". Segundo o Regimento Interno, o Tribunal:
A) julga todas as contas do Governador.
B) emite parecer prévio sobre as contas do Governador.
C) emite parecer vinculante sobre as contas do Governador.
D) julga as contas do Governador apenas quando houver denúncia.

02. Uma organização da sociedade civil firmou convênio com o Município para execução de atividade pública. Durante o processo de prestação de contas, a entidade afirmou não estar sujeita à jurisdição do TCE/RN.
Conforme o Regimento Interno, é correto afirmar que:
A) não está sujeita, pois não integra a Administração Pública.
B) está sujeita apenas se receber recursos estaduais.
C) está sujeita por receber recursos públicos, ainda que municipais.
D) só estaria sujeita se houvesse previsão expressa em lei municipal.

03. Um servidor alegou que o Presidente do Tribunal integra automaticamente a Primeira Câmara. Conforme o Regimento Interno:
A) o Presidente integra ambas as Câmaras.
B) o Presidente integra apenas a Primeira Câmara.
C) o Presidente não integra nenhuma Câmara.
D) o Presidente integra as Câmaras apenas em caso de substituição.

04. Durante ausência do Presidente da Segunda Câmara, houve dúvida sobre quem deveria substituí-lo. Segundo o Regimento Interno do TCE/RN, a substituição ocorre:
A) pelo Presidente do Tribunal.
B) pelo Conselheiro mais antigo da Câmara.
C) pelo Conselheiro mais novo.
D) pelo Vice-Presidente do Tribunal.

05. Em sindicância preliminar, argumentou-se que a Corregedoria não poderia instaurar processo disciplinar contra servidores. Todavia, o Regimento Interno do TCE/RN determina que:
A) a Corregedoria só atua mediante provocação do Pleno.
B) não possui competência disciplinar.
C) atua apenas em procedimentos envolvendo Conselheiros.
D) possui competência para instaurar e supervisionar PADs.

06. Um cidadão solicitou informação sobre a finalidade da Ouvidoria do TCE/RN.
Segundo o Regimento Interno do TCE/RN, a Ouvidoria:
A) é órgão disciplinar.
B) recebe manifestações da sociedade e promove comunicação social.
C) é responsável pelo julgamento de irregularidades.
D) substitui o MPC em algumas funções.

07. No curso da instrução de uma tomada de contas especial, a unidade técnica encaminhou os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal (MPC) para emissão de parecer. O responsável pelo convênio impugnou o ato, alegando que o MPC somente poderia se manifestar mediante convocação do Pleno, razão pela qual sua participação no processo seria irregular. À luz do Regimento Interno do TCE/RN, é correto afirmar que o MPC:
A) atua apenas em matéria penal relacionada a desvios de recursos públicos.
B) atua de forma obrigatória como fiscal da lei nos processos sujeitos ao controle externo.
C) só pode se manifestar quando provocado pelo Pleno.
D) integra o Pleno com direito a voto.

08. No exame das contas de uma fundação pública do Município de Caicó, um servidor alegou que o TCE/RN não teria competência para julgá-las, pois a entidade não integra a administração estadual. À luz do Regimento Interno, tal alegação é:
A) correta, pois o Tribunal julga apenas contas de entidades estaduais;
B) correta, pois contas municipais só são analisadas mediante representação;
C) correta, pois o Tribunal apenas emite parecer prévio sobre contas municipais;
D) incorreta, pois o Tribunal julga contas de entidades estaduais e municipais;

09. Na análise das contas anuais de um Município do interior do Estado, um servidor afirmou que

caberia ao Pleno do TCE/RN emiti-las, por ser o "órgão máximo do Tribunal". De acordo com o Regimento Interno:
A) a emissão de parecer prévio sobre contas municipais é competência das Câmaras;
B) o Pleno emite todos os pareceres prévios municipais;
C) o parecer prévio é emitido pela Presidência;
D) compete ao MPC emitir parecer prévio e ao Pleno homologar;

10. Durante auditoria na área de pessoal, a chefia de Recursos Humanos do IDEMA sustentou que o TCE/RN não teria competência para apreciar, para fins de registro, os atos de admissão de servidores efetivos, argumentando tratar-se de ato interna corporis da Administração e que tal controle não estaria previsto na Constituição Federal. Sobre o tema é correto afirmar que:
A) o Tribunal realmente não exerce controle sobre atos de admissão, pois são de competência exclusiva do Poder Executivo.
B) o Tribunal aprecia, para registro, apenas as admissões realizadas por Municípios.
C) o Tribunal aprecia, para registro, os atos de admissão de pessoal e as concessões iniciais de aposentadoria, reforma e pensão.
D) o Tribunal aprecia somente as admissões relativas a cargos comissionados, por envolverem livre nomeação e exoneração.

PARTE II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. A distinção entre governança e gestão é fundamental para o bom funcionamento de uma instituição. Para não confundir as instâncias de um Tribunal de Contas, um servidor ou estagiário deve entender que a governança pública está associada a:
A) Centralização das decisões na alta administração.
B) Normativos e práticas de liderança, estratégia e controles internos que permitam dirigir, avaliar e monitorar a atuação das diversas instâncias da instituição.
C) Execução direta de seu mandato e suas atribuições, sem delegação para particulares por contratação ou convênio.
D) Redução da burocracia para garantir a efetividade dos trabalhos, de modo que os erros meramente formais sejam convalidados posteriormente ou desconsiderados, com base em avaliação de riscos relevantes.

12. A Constituição Federal estabelece que o controle externo da administração pública é exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas. Considerando a estrutura constitucional de competências e a atuação articulada entre instituições, assinale a alternativa correta.
A) O Ministério Público de Contas integra o Poder Legislativo e, por isso, possui competência para julgar contas e aplicar sanções administrativas em conjunto com o Tribunal de Contas.
B) O Tribunal de Contas exerce controle externo de forma independente do Poder Legislativo, podendo anular atos normativos, sustar contratos e determinar a execução de políticas públicas.
C) O Tribunal de Contas auxilia o Poder Legislativo mediante funções técnicas, como fiscalizações, auditorias, avaliação de políticas públicas e emissão de parecer prévio sobre as contas, enquanto o Ministério Público atua junto ao Tribunal de Contas para promover a defesa da ordem jurídica e do patrimônio público.
D) O Poder Legislativo exerce controle externo através de comissões parlamentares de inquérito (CPIs), não havendo julgamento de contas por parte dos órgãos legislativos, função que cabe ao Tribunal de Contas, por meio do exame formal de legalidade das contas públicas, numa clara e profícua repartição de mandatos.

13. Na gestão de políticas públicas, a etapa que é verificada se a produção de efeitos desejados ocorreu e se os recursos foram utilizados adequadamente, gerando insumos para a continuidade ou correção da intervenção, é denominada:
A) Formação da agenda
B) Formulação
C) Avaliação
D) Implementação

14. O Tribunal de Contas, como órgão de asseguração, realiza uma fiscalização em uma obra pública avaliando não apenas se houve regularidade formal nos documentos, mas também se a obra foi concluída dentro do prazo previsto, se utiliza recursos de forma eficiente, e se atende aos requisitos de qualidade, efetivamente e aderência às necessidades da população. Esse tipo de trabalho é classificado como:
A) Auditoria de Detecção Estruturada
B) Auditoria de Conformidade

C) Auditoria de Legalidade Ampliada
D) Auditoria Operacional

15. O equilíbrio fiscal orienta o Poder Público a compatibilizar meios e fins e a evitar a expansão insustentável das despesas públicas. Considerando esse princípio e o papel constitucional do controle externo, assinale a alternativa correta.
A) A estabilidade fiscal é requisito da esfera federal, não se aplicando aos entes subnacionais, que possuem autonomia para executar despesas sem vinculação à capacidade arrecadatória, contexto motivado, entre outros, pelo mecanismo da chamada desvinculação das receitas da União.
B) A governança fiscal pressupõe que o Estado arrecade e gaste de acordo com a lei, sendo o controle externo competente para avaliar se o planejamento orçamentário foi executado com equilíbrio e responsabilidade, independente da esfera federativa.
C) O princípio da estabilidade orçamentária autoriza o Poder Executivo a limitar os direitos fundamentais e a oferta de serviços públicos quando houver necessidade de ajuste fiscal, em respeito ao princípio da reserva do possível.
D) O dever de contribuir, inerente ao Estado Democrático de Direito, autoriza o Poder Executivo a aumentar tributos quando verificada a necessidade de expansão de políticas públicas essenciais.

16. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelece como regra a publicidade e como exceção o sigilo. Sobre os pedidos de informação, é correto afirmar:
A) O cidadão deve sempre justificar o motivo pelo qual deseja a informação.
B) O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo custos de reprodução.
C) Informações classificadas como ultrassecretas podem ficar sob sigilo por até 100 anos.
D) A administração pública pode negar qualquer pedido alegando "trabalho adicional".

17. Um gestor público decide mapear os eventos que podem impactar negativamente o alcance dos objetivos institucionais de sua secretaria. Ao adotar práticas de Gestão de Riscos, ele exerceu uma função de controle interno e deve considerar que o risco é composto pela combinação de:
A) Custo e benefício.
B) Probabilidade de ocorrência e impacto.
C) Legalidade e legitimidade.
D) Auditoria e asseguração.

18. Nas auditorias realizadas pelos Tribunais de Contas, os auditores devem adotar postura fundamentada em princípios fundamentais, entre os quais está o ceticismo profissional. Considerando esses princípios, assinale a alternativa que melhor descreve o ceticismo profissional.
A) Uma postura de desconfiança constante em relação ao auditado, partindo do pressuposto de que irregularidades são prováveis até que se prove o contrário.
B) A capacidade de manter uma atitude crítica, vigilante e analítica em relação às evidências, evitando assumir automaticamente a veracidade ou a falsidade das informações reunidas no trabalho.
C) A presunção de boa-fé da administração, aceitando declarações e documentos como válidos, salvo quando houver contradição evidente.
D) Uma atitude de independência formal, sem excessos na avaliação crítica das evidências obtidas durante a auditoria, em reconhecimento da validade da frase “contra fatos não há argumentos”, fortalecendo, com isso, a accountability.

19. As fases da despesa pública compreendem etapas que vão do planejamento ao pagamento. O ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição é chamado de:
A) Fixação
B) Empenho
C) Liquidação
D) Previsão Orçamentária

20. O equilíbrio orçamentário, considerado uma “regra de ouro” da boa governança fiscal, não representa uma igualdade matemática rígida entre receitas e despesas, mas sim um conjunto de parâmetros que conferem estabilidade às contas públicas. Nesse sentido, a sua aplicação se relaciona diretamente com:
A) A possibilidade de execução irrestrita de investimentos públicos, desde que aprovados pelo Poder Legislativo nas leis que regem o processo de planejamento (PPA, LDO e LOA).

B) A necessidade de compatibilizar o planejamento governamental com a capacidade contributiva dos cidadãos e com o poder-dever estatal de arrecadar e gastar conforme a lei.
C) A prerrogativa constitucional do Estado de emitir moeda para financiar déficits orçamentários estruturais sem comprometer metas fiscais.
D) A eliminação de déficits fiscais como requisito absoluto para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

21. Os Tribunais de Contas são organizações intensivas em conhecimento, sendo a qualificação de seus quadros um fator crítico de sucesso para exercer o controle externo. Ao modernizar sua Gestão de Pessoas, um Tribunal decide abandonar práticas puramente burocráticas e implementar a Gestão por Competências. Essa abordagem tem como premissa central:
A) O tempo de serviço (antiguidade na carreira), sinal de que a experiência profissional deve ser compartilhada e institucionalizada, válida para ascensão funcional e ocupação de cargos de chefia, fomentando a estabilidade das rotinas administrativas.
B) O mapeamento das lacunas existentes entre os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o exercício das funções administrativas, de gestão, de auditoria e de julgamento, e o perfil atual dos servidores, orientando as ações de capacitação e desenvolvimento profissional.
C) A centralização de decisões de gestão de pessoas na alta administração do órgão, retirando dos gestores imediatos a responsabilidade pelo feedback e orientação de suas equipes e deslocando para onde é devida, nas lideranças de alto escalão.
D) O foco em habilidades técnicas (hard skills), como contabilidade, administração, direito e tecnologia da informação, sendo os aspectos comportamentais (soft skills) tratados de modo lateral, como liderança e trabalho em equipe, visto que capacidades do campo das subjetividades, não sendo elementos centrais de um órgão de fiscalização, auditoria e julgamento.

22. Um ato administrativo possui requisitos de validade (elementos). Quando um agente público pratica um ato visando objetivo diverso daquele previsto na regra de competência (ex: remoção de servidor para puni-lo, sob o manto de interesse público), ocorre o vício de:
A) Competência
B) Forma
C) Finalidade
D) Motivo

23. Para monitorar os projetos de gestão, um analista administrativo propõe o uso de indicadores. Um indicador que mede a relação entre os produtos gerados e os insumos utilizados é classificado como indicador de:
A) Eficácia
B) Efetividade
C) Eficiência
D) Economicidade

24. O poder que a Administração Pública possui de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos é o:
A) Poder de Polícia.
B) Poder Disciplinar.
C) Poder Hierárquico.
D) Poder Regulamentar.

25. Em uma auditoria sobre a folha de pagamento com milhares de servidores, é inviável analisar 100% dos casos. O auditor decide selecionar um subconjunto da população para inferir conclusões. Esse procedimento técnico é denominado:
A) Análise envoltória de dados.
B) Amostragem representativa.
C) Estudo de caso.
D) Análise preditiva com auxílio de IA.

26. Segundo o princípio da autotutela da Administração Pública, os agentes responsáveis podem anular seus próprios atos quando:
A) Eivados de vícios que os tornam ilegais.
B) Inoportunos ou inconvenientes ao interesse público.
C) O judiciário, em decisão transitada em julgado, assim determinar.
D) Houver consenso entre as partes interessadas.

27. Na melhoria de um setor do Tribunal, optou-se por realizar o mapeamento e o redesenho dos fluxos de trabalho para eliminar gargalos e reduzir o tempo de tramitação. Essa prática refere-se a:
A) Objetivos e Resultados-Chave (OKR)
B) Gestão de Projetos (PMBOK)
C) Gestão de Processos (BPM)

D) Reengenharia Administrativa

28. A Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) fortalece o sistema de controle, estabelecendo "três linhas de defesa". A primeira linha de defesa é integrada:
A) Pelas unidades de auditoria interna.
B) Pelo Tribunal de Contas, a instância mais eficaz de controle.
C) Pelos servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança e gestão dos órgãos públicos.
D) Pelo órgão central de controle interno.

29. No contexto da administração pública, ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (como LLMs) têm sido implementadas com rapidez e altos investimentos. Apesar de requerer a condução por servidores e estagiários treinados, devido a respostas inadequadas e "alucinações" (informações incorretas) de algumas ferramentas, um campo de aplicação que visa reduzir a participação humana na produção em massa de trabalhos repetitivos é:
A) A tomada de decisão, com prompts, em processos de controle externo de baixo valor, baixa complexidade, mas com grande quantidade de dados e documentos a analisar.
B) A geração de resumos de processos e minutas de relatórios preliminares.
C) A substituição dos trabalhos de auditores em inspeções ou outros procedimentos de auditoria in loco.
D) A execução financeira e ordenação de despesas de forma automatizada, vista a alta frequência e previsibilidade dessas operações no orçamento.

30. O Poder de Polícia administrativa se diferencia do Poder Disciplinar porque:
A) O Poder de Polícia incide sobre particulares em geral, limitando liberdades e propriedades em prol do interesse público.
B) O Poder de Polícia aplica-se apenas aos servidores públicos.
C) O Poder de Polícia, perante os servidores, não possui atributo de coercibilidade.
D) O Poder de Polícia depende sempre de autorização judicial.

QUESTÃO DISCURSIVA - ÁREA DE FORMAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO

Tema: Princípio da Eficiência na Administração Pública e a Perspectiva dos Tribunais de Contas

Contexto

O princípio da eficiência, presente na administração pública contemporânea, demanda que órgãos e entidades busquem resultados, racionalizem processos, adotem práticas de gestão baseadas em evidências e promovam entregas de valor público. Os Tribunais de Contas, ao avaliarem políticas, programas e serviços, têm incorporado essa visão gerencial em suas auditorias e julgamentos.

Enunciado

Com base nisso, discorra sobre:

1. O significado do princípio da eficiência dentro da perspectiva da gestão pública moderna;
2. Como práticas de planejamento, indicadores e gestão de riscos contribuem para a eficiência;
3. O papel dos Tribunais de Contas na indução da eficiência administrativa por meio de auditorias e julgamentos.

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
(EDITAL Nº 001/2025 - TCE/RN)

ÁREA DE FORMAÇÃO: DIREITO

NOME DO CANDIDATO(A): _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____ **CPF:** _____

Instruções:

1. Este caderno contém 30 (trinta) questões do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais (parte I), 20 (vinte) questões sobre Conhecimentos Específicos (parte II) e 01 (uma) questão discursiva, conforme conteúdo programático contido no Edital. Verifique se seu caderno está completo e, caso contrário, informe imediatamente ao fiscal de sala.
2. Na folha de respostas das questões objetivas, o(a) candidato(a) deverá conferir seus dados, assinar seu nome no espaço reservado, transcrever a frase apresentada no espaço disponibilizado e preencher para cada uma das questões apenas o campo correspondente a letra que contém à resposta julgada correta.
3. Na folha de resposta da questão discursiva, o(a) candidato(a) deverá conferir seus dados, assinar seu nome no espaço reservado e responder à questão apenas no espaço indicado, limitando-se ao número de linhas disponíveis.
4. Não serão permitidas a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e (ou) legislação.
5. Durante a realização das provas o(a) candidato(a) somente poderá portar a caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente e documento de identidade original.
6. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização da prova.
7. Será eliminado o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando: a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, Walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros e protetor auricular; c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.
8. Somente serão permitidos lanches de rápido consumo, desde que armazenados em material transparente e sem rótulos que impeçam a visualização de seu conteúdo.
9. O(a) candidato(a) poderá portar garrafa de água em material transparente e sem rótulo.
10. A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, no período das 09h00min às 12h00min.
11. O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 1h30min após o seu início. A inobservância acarretará a eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo.
12. O(a) candidato(a) somente poderá retirar-se levando consigo o caderno de provas após 2h30min do início das provas.
13. Não será permitido anotar o gabarito em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas.
14. Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer nas respectivas salas até que o(a) último(a) candidato(a) entregue a prova.

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

PARTE I - CONHECIMENTOS GERAIS

01. Em audiência pública sobre transparência fiscal, foi perguntado ao representante do TCE/RN se o Tribunal poderia "julgar as contas da Governadora". Segundo o Regimento Interno, o Tribunal:
A) julga todas as contas do Governador.
B) emite parecer prévio sobre as contas do Governador.
C) emite parecer vinculante sobre as contas do Governador.
D) julga as contas do Governador apenas quando houver denúncia.

02. Uma organização da sociedade civil firmou convênio com o Município para execução de atividade pública. Durante o processo de prestação de contas, a entidade afirmou não estar sujeita à jurisdição do TCE/RN.
Conforme o Regimento Interno, é correto afirmar que:
A) não está sujeita, pois não integra a Administração Pública.
B) está sujeita apenas se receber recursos estaduais.
C) está sujeita por receber recursos públicos, ainda que municipais.
D) só estaria sujeita se houvesse previsão expressa em lei municipal.

03. Um servidor alegou que o Presidente do Tribunal integra automaticamente a Primeira Câmara. Conforme o Regimento Interno:
A) o Presidente integra ambas as Câmaras.
B) o Presidente integra apenas a Primeira Câmara.
C) o Presidente não integra nenhuma Câmara.
D) o Presidente integra as Câmaras apenas em caso de substituição.

04. Durante ausência do Presidente da Segunda Câmara, houve dúvida sobre quem deveria substituí-lo. Segundo o Regimento Interno do TCE/RN, a substituição ocorre:
A) pelo Presidente do Tribunal.
B) pelo Conselheiro mais antigo da Câmara.
C) pelo Conselheiro mais novo.
D) pelo Vice-Presidente do Tribunal.

05. Em sindicância preliminar, argumentou-se que a Corregedoria não poderia instaurar processo disciplinar contra servidores. Todavia, o Regimento Interno do TCE/RN determina que:
A) a Corregedoria só atua mediante provocação do Pleno.
B) não possui competência disciplinar.
C) atua apenas em procedimentos envolvendo Conselheiros.
D) possui competência para instaurar e supervisionar PADs.

06. Um cidadão solicitou informação sobre a finalidade da Ouvidoria do TCE/RN.
Segundo o Regimento Interno do TCE/RN, a Ouvidoria:
A) é órgão disciplinar.
B) recebe manifestações da sociedade e promove comunicação social.
C) é responsável pelo julgamento de irregularidades.
D) substitui o MPC em algumas funções.

07. No curso da instrução de uma tomada de contas especial, a unidade técnica encaminhou os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal (MPC) para emissão de parecer. O responsável pelo convênio impugnou o ato, alegando que o MPC somente poderia se manifestar mediante convocação do Pleno, razão pela qual sua participação no processo seria irregular. À luz do Regimento Interno do TCE/RN, é correto afirmar que o MPC:
A) atua apenas em matéria penal relacionada a desvios de recursos públicos.
B) atua de forma obrigatória como fiscal da lei nos processos sujeitos ao controle externo.
C) só pode se manifestar quando provocado pelo Pleno.
D) integra o Pleno com direito a voto.

08. No exame das contas de uma fundação pública do Município de Caicó, um servidor alegou que o TCE/RN não teria competência para julgá-las, pois a entidade não integra a administração estadual. À luz do Regimento Interno, tal alegação é:
A) correta, pois o Tribunal julga apenas contas de entidades estaduais;
B) correta, pois contas municipais só são analisadas mediante representação;
C) correta, pois o Tribunal apenas emite parecer prévio sobre contas municipais;
D) incorreta, pois o Tribunal julga contas de entidades estaduais e municipais;

09. Na análise das contas anuais de um Município do interior do Estado, um servidor afirmou que

caberia ao Pleno do TCE/RN emiti-las, por ser o "órgão máximo do Tribunal". De acordo com o Regimento Interno:
A) a emissão de parecer prévio sobre contas municipais é competência das Câmaras;
B) o Pleno emite todos os pareceres prévios municipais;
C) o parecer prévio é emitido pela Presidência;
D) compete ao MPC emitir parecer prévio e ao Pleno homologar;

10. Durante auditoria na área de pessoal, a chefia de Recursos Humanos do IDEMA sustentou que o TCE/RN não teria competência para apreciar, para fins de registro, os atos de admissão de servidores efetivos, argumentando tratar-se de ato interna corporis da Administração e que tal controle não estaria previsto na Constituição Federal. Sobre o tema é correto afirmar que:
A) o Tribunal realmente não exerce controle sobre atos de admissão, pois são de competência exclusiva do Poder Executivo.
B) o Tribunal aprecia, para registro, apenas as admissões realizadas por Municípios.
C) o Tribunal aprecia, para registro, os atos de admissão de pessoal e as concessões iniciais de aposentadoria, reforma e pensão.
D) o Tribunal aprecia somente as admissões relativas a cargos comissionados, por envolverem livre nomeação e exoneração.

PARTE II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Acerca dos princípios do direito processual civil brasileiro, assinale a alternativa correta.
A) O princípio da indeclinabilidade estipula que todos os juízes são investidos de jurisdição, mas estes só poderão atuar no órgão competente para o qual foram designados.
B) A dimensão formal, também conhecida como substantiva, do devido processo legal configura-se na exigência e garantia de que as normas sejam razoáveis, adequadas, proporcionais e equilibradas.
C) De acordo com o princípio da instrumentalidade das formas, o ato processual que alcançar a finalidade para o qual foi elaborado será válido, eficaz e efetivo, mesmo que praticado por forma diversa da estabelecida em lei, ainda que traga prejuízo à parte adversa.
D) Em face do princípio da publicidade, todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade. No entanto, nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos e do Ministério Público.

12. De acordo com o CPC, as causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei. Nesse sentido, considerando as assertivas a seguir, assinale a alternativa correta a respeito da competência no âmbito do direito processual civil brasileiro.
A) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro. Todavia, caso o autor da herança não possuísse domicílio certo, nem bens imóveis, será competente o foro do local do inventariante.
B) É competente o foro de domicílio do tabelião, para a ação de reparação de dano por ato praticado em razão de ato praticado durante o ofício da serventia notarial ou de registro.
C) De acordo com o STJ, o vínculo de conexão a justificar a reunião de medidas cautelares preparatórias está vinculado com a identidade de objeto e/ou de causa de pedir existente entre as ações principais a serem propostas e não do processo cautelar em si.
D) Compete à Justiça do Trabalho o julgamento de demanda com natureza predominantemente civil entre ex-empregado aposentado ou demitido sem justa causa e operadoras de plano de saúde na modalidade autogestão vinculadas ao empregador.

13. Em uma ação de indenização por danos morais, o juiz proferiu sentença julgando improcedente o pedido do autor. Inconformado, o autor opôs embargos de declaração alegando que a sentença foi omissa ao não se manifestar sobre laudo pericial que havia sido produzido nos autos e que seria fundamental para o julgamento da causa. O juiz, ao analisar os embargos, verificou que realmente não havia feito qualquer menção ao laudo pericial em sua fundamentação. Ao acolher os embargos para suprir a omissão e se manifestar sobre a prova pericial, o magistrado modificou sua conclusão, julgando parcialmente procedente o pedido e condenando o réu ao pagamento de R$ 50.000,00 a título de indenização. O réu já havia interposto recurso de apelação contra a sentença

de improcedência 3 (três) dias antes da publicação da decisão que julgou os embargos de declaração. Considerando exclusivamente as disposições do CPC/2015 sobre embargos de declaração, assinale a alternativa correta:

A) Os embargos de declaração opostos pelo autor são intempestivos, pois o prazo para sua interposição é de 15 (quinze) dias, conforme regra geral aplicável aos recursos previstos no CPC/2015, devendo ser contado da intimação da sentença.

B) O réu tem o direito de complementar ou alterar as razões de sua apelação, nos exatos limites da modificação operada pelos embargos de declaração, no prazo de 15 (quinze) dias contado da intimação da decisão que julgou os embargos declaratórios.

C) A apelação interposta pelo réu antes do julgamento dos embargos de declaração perde seu objeto e deve ser considerada prejudicada, uma vez que a decisão embargada foi substancialmente modificada, sendo necessária a interposição de novo recurso de apelação contra a nova decisão.

D) O juiz agiu incorretamente ao modificar a sentença por meio dos embargos de declaração, pois este recurso destina-se exclusivamente a esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material, sendo vedada qualquer alteração no julgamento proferido, ainda que para suprir omissão.

14. O Código de Processo Civil de 2015 disciplina a prática eletrônica de atos processuais, estabelecendo normas sobre automação processual, registro de atos, competência regulamentar e acessibilidade. Considerando exclusivamente os dispositivos dos arts. 193 a 199 do CPC/2015, assinale a alternativa correta:

A) Os sistemas de automação processual respeitarão a publicidade dos atos, o acesso e a participação das partes e de seus procuradores, inclusive nas audiências e sessões de julgamento, observadas as garantias da disponibilidade, independência da plataforma computacional, acessibilidade e interoperabilidade dos sistemas, vedada qualquer restrição em processos que tramitem em segredo de justiça.

B) O registro de ato processual eletrônico deverá ser feito em padrões abertos, que atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade, temporalidade, não repúdio, conservação e, nos casos que tramitem em segredo de justiça, confidencialidade, observada a infraestrutura de chaves públicas unificada nacionalmente, nos termos da lei.

C) Compete privativamente ao Conselho Nacional de Justiça regulamentar a prática e a comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico e velar pela compatibilidade dos sistemas, não podendo os tribunais editar atos normativos sobre a matéria, ainda que de forma supletiva.

D) As unidades do Poder Judiciário deverão manter, à disposição dos interessados, equipamentos necessários à prática de atos processuais e à consulta e ao acesso ao sistema, sendo admitida a cobrança de taxa de serviço para custeio da estrutura tecnológica disponibilizada aos usuários.

15. Durante fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas Estadual no Município de Angicos/RN, as servidoras do TCE/RN Laíla e Fernanda identificaram indícios de irregularidades graves na execução de convênio federal destinado à construção de unidades habitacionais. Para aprofundar as investigações, a equipe técnica solicitou à operadora de telefonia a quebra do sigilo das comunicações telefônicas do gestor responsável pelo convênio, alegando a urgência e relevância das apurações para o interesse público. A operadora negou o fornecimento dos dados, exigindo prévia autorização judicial. Considerando exclusivamente o disposto no art. 5º da Constituição Federal, a conduta da operadora de telefonia está:

A) Correta, pois o sigilo das comunicações telefônicas somente pode ser quebrado por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, não se aplicando a procedimentos administrativos de fiscalização.

B) Incorreta, pois o Tribunal de Contas, no exercício de suas competências constitucionais de fiscalização, dispõe de poderes equiparados aos do Poder Judiciário, podendo determinar diretamente a quebra de sigilo telefônico quando houver indícios de lesão ao erário.

C) Incorreta, pois a Constituição Federal autoriza a quebra do sigilo telefônico por determinação de qualquer autoridade pública no exercício de suas atribuições legais, desde que haja relevante interesse público e urgência na apuração dos fatos.

D) Correta, mas apenas parcialmente, uma vez que o Tribunal de Contas poderia requisitar diretamente o sigilo telefônico se houvesse prévia autorização do Ministério Público junto ao

Tribunal, que detém legitimidade para fiscalizar as atividades do órgão de controle externo.

16. O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, no exercício de suas competências constitucionais, realizou auditoria operacional no Município de Messias Targino/RN para fiscalizar a aplicação de recursos federais repassados mediante convênio destinado à reforma da unidade básica de saúde do município. Durante a fiscalização, os técnicos do TCE/RN identificaram que o gestor municipal havia contratado empresa para execução da obra sem a realização do procedimento licitatório exigido pela legislação, causando prejuízo estimado ao erário no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Diante dos fatos apurados, o Tribunal de Contas julgou irregulares as contas do responsável, condenando-o ao pagamento de multa proporcional ao dano e determinando a devolução dos valores ao erário. O gestor municipal, inconformado, alegou que o Tribunal de Contas não teria competência para julgá-lo e condená-lo ao ressarcimento, pois tais atribuições seriam exclusivas do Poder Judiciário, nos termos do princípio da inafastabilidade da jurisdição.
Considerando exclusivamente o disposto na Constituição Federal, a atuação do Tribunal de Contas Estadual está:
A) Incorreta, pois apenas o Poder Judiciário possui competência constitucional para julgar administradores públicos e condená-los ao ressarcimento de valores ao erário, não podendo os Tribunais de Contas exercer função jurisdicional sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes.
B) Correta, pois a Constituição Federal atribui aos Tribunais de Contas competência para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, bem como para aplicar sanções em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, conferindo às suas decisões que resultem em imputação de débito ou multa eficácia de título executivo.
C) Incorreta, pois embora os Tribunais de Contas possam fiscalizar a aplicação de recursos federais repassados mediante convênio, sua atuação limita-se à emissão de parecer opinativo, cabendo exclusivamente ao Congresso Nacional ou às Casas Legislativas estaduais o julgamento definitivo das contas e a aplicação de sanções aos responsáveis.
D) Correta, mas apenas quanto à fiscalização da aplicação dos recursos, devendo o Tribunal de Contas, após constatar a irregularidade, representar ao Ministério Público para que este ajuíze ação civil pública visando ao ressarcimento dos valores ao erário, uma vez que a Constituição Federal não autoriza os Tribunais de Contas a proferirem decisões condenatórias.

17. A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal questionando a Lei Complementar Estadual nº 684/2021 do Rio Grande do Norte, que alterou a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN). Na petição inicial, a Atricon argumentou que o projeto de lei, embora tenha sido apresentado originariamente pelo próprio Tribunal de Contas Estadual, recebeu emenda substitutiva global de iniciativa da Assembleia Legislativa, por meio da qual foram incluídas normas que não guardavam pertinência com a redação original e que acarretavam aumento de despesa. A entidade sustentou que tal procedimento violou as prerrogativas constitucionais de autonomia e auto-organização dos Tribunais de Contas, configurando vício de iniciativa legislativa. O Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, reconheceu a inconstitucionalidade formal dos dispositivos impugnados e julgou procedente a ação.
Considerando exclusivamente o disposto na Lei nº 9.868/99 e a situação narrada, assinale a alternativa correta:
A) A decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade formal da Lei Complementar Estadual nº 684/2021 é recorrível mediante recurso de apelação ao próprio STF, devendo o recurso ser interposto no prazo de quinze dias contados da publicação do acórdão.
B) A decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade formal da Lei Complementar Estadual nº 684/2021 somente produzirá efeitos após o trânsito em julgado, sendo admissível a interposição de recurso extraordinário pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte no prazo de quinze dias.
C) A decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade formal da Lei Complementar Estadual nº 684/2021 possui eficácia apenas inter partes, vinculando exclusivamente a Atricon e o Estado do Rio Grande do Norte, não alcançando outros Tribunais de Contas ou entes federados.

D) A decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade formal da Lei Complementar Estadual nº 684/2021 produz efeitos erga omnes e vinculantes em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal, impedindo a aplicação da norma declarada inconstitucional.

18. Relativamente ao enquadramento constitucional e às atribuições do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais de Contas dos Municípios, considerando que, conforme o art. 71, inciso II, combinado com o art. 75, ambos da Constituição Federal de 1988, compete a eles, dentre outras atribuições, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, assinale a afirmativa correta.
A) Os Tribunais de Contas integram, conforme o caso, as estruturas da Justiça Federal ou das Justiças Estaduais ou do Distrito Federal.
B) Os Tribunais de Contas são órgãos de auxílio aos Poderes Legislativos, aos quais estão submetidos hierarquicamente.
C) As decisões dos Tribunais de Contas em controle difuso de constitucionalidade possuem eficácia erga omnes.
D) Os Tribunais de Contas exercem função administrativa de controle e seus atos estão sujeitos à revisão judicial de legalidade.

19. No que se refere aos princípios informativos e aos poderes da administração pública, assinale a opção correta.
A) A administração pública deve dar publicidade aos atos administrativos individuais e gerais mediante publicação em diário oficial, sob pena de afronta ao princípio da publicidade.
B) Como a delegação de competência se assenta no poder hierárquico da administração pública, cujo pressuposto é a relação de subordinação entre órgãos e agentes públicos, é inadmissível a delegação de competência fora da linha vertical de subordinação e comando.
C) No exercício do poder disciplinar, a administração pública pode impor sanção administrativa a servidor, sendo vedado ao Poder Judiciário, segundo jurisprudência, perquirir a motivação nesse caso.
D) Normas jurídicas que garantam ao usuário do serviço público o poder de reclamar da deficiência na prestação do serviço expressam um dos princípios aplicáveis à administração pública, como forma de assegurar a participação do usuário na administração pública direta e indireta.

20. Considerando as disposições contidas no art. 37, § 6º da Constituição Federal, segundo o qual "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa", pode-se afirmar que o ordenamento jurídico brasileiro adota, em matéria de Direito Administrativo, as normas referentes à responsabilidade:
A) direta e integral do Estado e da responsabilidade subsidiária e parcial do agente público, tanto para as condutas antijurídicas comissivas como para as situações de omissão estatal, o que corresponde à teoria do risco integral.
B) imediata das pessoas jurídicas para os atos antijurídicos comissivos e da responsabilidade regressiva das pessoas físicas para as situações em que caracterizada a omissão estatal, o que corresponde à teoria do risco integral.
C) objetiva do Estado e da responsabilidade subjetiva do agente público, o que se apresenta para os atos antijurídicos comissivos e corresponde à teoria do risco administrativo.
D) objetiva do Estado e do agente público, aplicáveis tanto para as condutas antijurídicas comissivas como para as situações de omissão estatal, o que corresponde à teoria do risco administrativo.

21. A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante pretende realizar contratação para operação de crédito destinada ao financiamento de obras públicas, além de contratar empresa para prestação de serviços de consultoria em gestão de resíduos sólidos. O setor jurídico questiona se ambas as contratações devem seguir os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.
Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é CORRETO afirmar que:
A) Ambas as contratações subordinam-se integralmente ao regime da Lei 14.133/2021, por se tratar de contratações pela Administração Pública municipal.
B) A contratação de operação de crédito não se subordina ao regime da Lei 14.133/2021, mas a prestação de serviços de consultoria está sujeita às suas normas.

C) Nenhuma das contratações se subordina à Lei 14.133/2021, pois ambas envolvem recursos financeiros e serviços especializados regidos por legislação específica.
D) A prestação de serviços de consultoria não se subordina à Lei 14.133/2021, pois serviços técnico-profissionais especializados são expressamente excluídos de seu âmbito de aplicação.

22. A Câmara Municipal de Caicó/RN celebrou contrato para aquisição de móveis de escritório. Após a assinatura do contrato, surgem dúvidas sobre a forma de divulgação do instrumento contratual e sobre as verificações que devem ser realizadas antes da formalização de eventual termo aditivo de prorrogação. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, é CORRETO afirmar que:
A) Os contratos devem ter forma escrita e ser divulgados em sítio eletrônico oficial, podendo ser mantidos em sigilo quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação sobre acesso à informação.
B) Os contratos podem ser celebrados verbalmente quando o valor for inferior a R$ 10 mil, dispensando-se a forma escrita e a divulgação em sítio eletrônico oficial.
C) Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deve apenas verificar a regularidade fiscal do contratado, sendo dispensada a consulta aos cadastros de empresas inidôneas e punidas.
D) A divulgação dos contratos em sítio eletrônico oficial é facultativa, ficando a critério do gestor público decidir pela publicidade ou pelo sigilo do instrumento contratual.

23. O Estado do Rio Grande do Norte ultrapassou o limite de despesa total com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Após notificação do Tribunal de Contas, a Governadora afirmou que poderia aguardar até o encerramento do exercício seguinte para adotar medidas, pois não havia urgência. À luz da LRF, é correto afirmar que:
A) o Governador dispõe de dois exercícios completos para reconduzir o percentual ao limite legal.
B) deve eliminar o excesso em até dois quadrimestres, adotando, no mínimo, a redução de cargos e funções comissionadas.
C) deve eliminar o excesso imediatamente, sob pena de nulidade de todos os atos de pessoal.
D) deve apenas suspender contratações, sendo facultativa qualquer medida adicional.

24. O Município de Acari, tendo excedido o limite de despesa com pessoal no último Relatório de Gestão Fiscal, realizou concurso público e iniciou contratação de servidores. O Prefeito alegou que o concurso teria sido autorizado antes da extrapolação do limite, motivo pelo qual a contratação seria válida. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que:
A) as contratações são válidas, pois o concurso foi autorizado antes da extrapolação.
B) as contratações são válidas, desde que não impliquem aumento da despesa total com pessoal.
C) as contratações só são permitidas se houver autorização legislativa específica.
D) as contratações são vedadas, salvo reposição de cargos vagos nas áreas de saúde, educação e segurança.

25. Durante auditoria realizada pelo TCE/RN em um contrato de prestação continuada de serviços de limpeza firmado por Município localizado no Oeste Potiguar, constatou-se que a autoridade ordenadora determinou o pagamento integral da fatura mensal antes de qualquer verificação da execução contratual. A gestora justificou o procedimento afirmando que: a) o contrato, por ter sido regularmente celebrado nos termos da Lei nº 14.133/2021, já evidenciaria o direito subjetivo da contratada ao recebimento; b) a liquidação da despesa seria um ato meramente formal, podendo ser dispensada para evitar interrupção dos serviços; e c) o empenho prévio seria suficiente para autorizar o pagamento, cabendo a fiscalização exclusivamente ao fiscal designado. À luz da Lei nº 4.320/1964, que trata dos estágios da despesa pública, e da disciplina da Lei nº 14.133/2021 sobre fiscalização e execução contratual, é correto afirmar que:
A) o pagamento é irregular, pois depende de prévia liquidação, etapa obrigatória destinada à verificação da efetiva execução do objeto, da origem da obrigação e do valor exato devido, não podendo ser dispensada.
B) o pagamento é válido, pois o contrato e o empenho prévio constituem prova suficiente da obrigação assumida pela Administração.
C) o pagamento é válido desde que o fiscal do contrato declare a conformidade global dos serviços, sendo a liquidação dispensável em contratos de prestação continuada.

D) a liquidação somente é obrigatória em contratos de obra ou engenharia, não se aplicando a serviços gerais.

26. O Município Sucupira não publicou o Relatório de Gestão Fiscal alegando que a suspensão dos prazos em razão de calamidade pública, reconhecido pela Assembleia Legislativa, dispensaria a obrigação.
De acordo com a LRF, é correto afirmar que:
A) a calamidade pública dispensa definitivamente a publicação.
B) a calamidade não altera qualquer prazo.
C) a publicação é facultativa para Municípios abaixo de 50 mil habitantes.
D) a calamidade suspende a exigibilidade, mas a publicação deverá ocorrer ao final do período excepcional.

27. Após a EC nº 103/2019, a servidora pública estadual Joana, ocupante de cargo efetivo, afirmou que poderia se aposentar voluntariamente apenas com base no tempo de contribuição, sem idade mínima, desde que cumprisse o tempo de serviço público exigido.
Segundo o art. 40 da CF/88, com a redação dada pela EC nº 103/2019, é correto afirmar que:
A) Joana pode se aposentar apenas pelo tempo de contribuição, pois essa regra foi mantida pela EC nº 103/2019.
B) Joana precisa cumprir idade mínima, pois a aposentadoria baseada exclusivamente no tempo de contribuição foi extinta no RPPS.
C) Joana está dispensada de idade mínima se comprovar 30 anos de serviço público.
D) Joana tem direito adquirido, mesmo que não tivesse cumprido todos os requisitos antes da EC nº 103/2019.

28. A servidora Ana Maria afirmou que, após a EC nº 103/2019, o Regime Próprio de Previdência Social passou a ter caráter apenas solidário, podendo os servidores do Estado do Rio Grande do Norte deixarem de contribuir desde que o Ente garantisse custeio integral. À luz do art. 40 da CF/88, com redação da EC nº 103/2019, é correto afirmar que:
A) o RPPS passou a ser financiado exclusivamente pelo ente federativo.
B) os servidores podem deixar de contribuir se o ente assumir o custeio integral.
C) o regime próprio mantém caráter contributivo e solidário, exigindo contribuição do servidor e do ente.
D) o regime tornou-se não contributivo, em razão da solidariedade previdenciária.

29. A Prefeitura de Sucupira exonerou um servidor ocupante de cargo em comissão, alegando "conveniência administrativa". Posteriormente, descobriu-se que a exoneração ocorreu porque o servidor recusou-se a praticar ato irregular solicitado por um superior. O servidor apresentou representação ao TCE/RN e ao Ministério Público, argumentando que a exoneração violou princípios constitucionais. À luz dos princípios da Administração Pública e da teoria dos atos administrativos, é correto afirmar que:
A) a exoneração é sempre ato discricionário e imotivado, sendo imune a controle externo.
B) a exoneração de cargo em comissão pode ser anulada se ficar comprovado desvio de finalidade.
C) o servidor em cargo em comissão possui estabilidade e não pode ser exonerado sem processo administrativo.
D) a exoneração deve ser confirmada, pois o controle externo não alcança atos relacionados a gestão de pessoal.

30. A Vigilância Sanitária de um município do RN interditou um restaurante após constatar risco grave à saúde pública. O proprietário alegou que a Administração deveria ter emitido advertência prévia antes da interdição, pois medidas mais severas só poderiam ser aplicadas após a gradação de penalidades.
À luz do poder de polícia administrativa, é correto afirmar que:
A) a interdição é ilegal, pois a Administração deve obrigatoriamente seguir a gradação de sanções, iniciando sempre por advertência.
B) a interdição é legítima, pois, diante de risco iminente, a Administração pode aplicar medida imediata para proteger o interesse coletivo.
C) a interdição é nula, pois somente o Judiciário pode determinar medidas que suspendam o funcionamento de estabelecimento comercial.
D) a interdição só é válida se houver autorização expressa da Câmara Municipal.

QUESTÃO DISCURSIVA - ÁREA DE FORMAÇÃO: DIREITO

O TCE/RN realizou inspeção na Secretaria de Saúde do Município de Jucurutu/RN e verificou, pelos registros de ponto eletrônico, que vários médicos recebiam remuneração por 40 horas semanais, mas cumpriam, em média, apenas 15 horas de trabalho. Em defesa preliminar, o Secretário Municipal afirmou que os médicos seriam "servidores essenciais" e que, por isso, a Prefeitura utilizaria um "controle flexível" de frequência. Alegou ainda que o Tribunal de Contas não poderia recomendar a abertura de processo administrativo disciplinar, pois isso seria competência exclusiva do Prefeito.

A) Com base nos princípios do Direito Administrativo, avalie se o controle de jornada adotado pela Secretaria é legal e se a justificativa apresentada pelo Secretário é adequada.

B) Explique se o TCE/RN pode recomendar ou solicitar a instauração de processo administrativo disciplinar no caso, indicando, de forma conceitual, quais fundamentos permitem essa atuação.